



Santa Casa da Misericórdia de Sousel

Relatório & Contas 2016

Sousel, Março de 2017



Relatório & Contas 2016

Índice

Relatório de gestão	2
Balanço em 31 de dezembro de 2016	8
Demonstração dos resultados por natureza em 31 de dezembro de 2016	9
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2015	10
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2016	11
ANEXO	12
1. Nota introdutória	12
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	12
3. Principais Políticas Contabilísticas	12
4. Fluxos de caixa	18
5. Activos fixos tangíveis	18
6. Activos intangíveis	19
7. Inventários	19
8. Rédito	20
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
10. Imposto sobre o rendimento	20
11. Fornecimento e serviços externos	21
12. Gastos com o pessoal	21
13. Outros gastos e perdas	22
14. Outros rendimentos e ganhos	22
15. Gastos e perdas de financiamento	23
16. Juros, dividendos e outros rendimentos similares	23
17. Fundos patrimoniais	23
18. Estado e outros entes públicos	23
19. Activos e passivos financeiros	24
20. Acontecimentos após a data do balanço	24

**Relatório & Contas 2016****Relatório de gestão**

Ex. Mos Senhores,

Em conformidade com o que está preceituado nos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados, Resultados das Valências, Resultados de Outras Actividades e as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante o ano de 2016, o número médio mensal de utentes foi de 190, repartido pelas seguintes valências:

Nº Médio de utentes	Criche	Jardim de infância	Centro de dia	Lar	Apoio ao domicílio	Apoio ao domicílio integrado	Residência sénior
	32	34	14	45	22	4	39

Rendimentos e gastos

- As Prestações de Serviço efectuadas em 2016 no âmbito das comparticipações pagas pelos utentes foram de 717.490,56 Euros verificando-se uma variação negativa em relação ao ano anterior de 1,92%, justificada pela variação do número de utentes nas diversas.
- Os rendimentos totais totalizaram 1.318.180,75 euros sendo:

	Euros		
Descrição	2016	Δ %	2015
Prestações de Serviço	717.490,56	-1,92%	731.517,27
Subsídios, doações e legados à exploração	566.628,36	1,69%	557.234,86
Outros rendimentos e ganhos	33.494,50	12,14%	29.868,44
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	567,33	-75,67%	2.176,00
Total	1.318.180,75	-0,21%	1.320.896,57

Verificou-se uma variação negativa nos rendimentos face ao ano anterior de 0,21% o que se traduz numa diminuição de 2.715,82 Euros.

- Os gastos totais totalizaram 1.318.180,75 Euros sendo:



Santa Casa da Misericórdia de Sousa

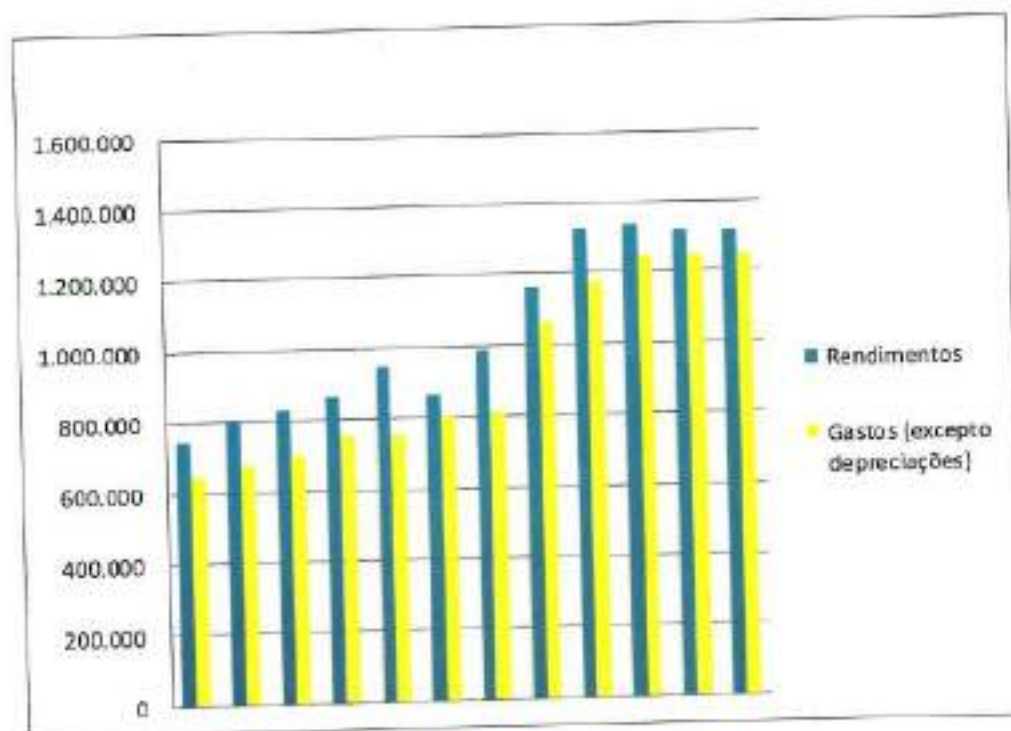
Relatório & Contas 2016

Descrição	Euros		
	2016	Δ%	2015
Gastos das merc. vendidas e mat. consumidas	152.975,66	-8,82%	167.770,20
Fornecimentos e serviços externos	203.071,95	-2,57%	208.436,13
Gastos com o pessoal	870.925,49	2,50%	849.661,36
Gastos de depreciação e de amortização	110.196,51	15,71%	95.645,78
Outros gastos e perdas	10.999,03	100,75%	4.077,53
Gastos e perdas de financiamento	11.861,57	-20,24%	14.870,97
Total	1.360.030,23	1,46%	1.340.461,97

Verificou-se um crescimento dos gastos de 1,46% em relação ao ano anterior o que representa um aumento dos gastos em 19.568,26 Euros.

Assim, os rendimentos totais foram de 1.318.180,75 euros e os gastos totais de 1.360.030,23 euros, do que resulta um resultado líquido negativo de 41.849,48 euros.

A evolução dos rendimentos e gastos (excepto depreciações e imparidades) nos últimos 12 anos, pode ser verificada no seguinte gráfico:



**Relatório & Contas 2016****Resultados por valências**

O resultado apurado pelas diversas valências, está evidenciado no mapa que se segue:

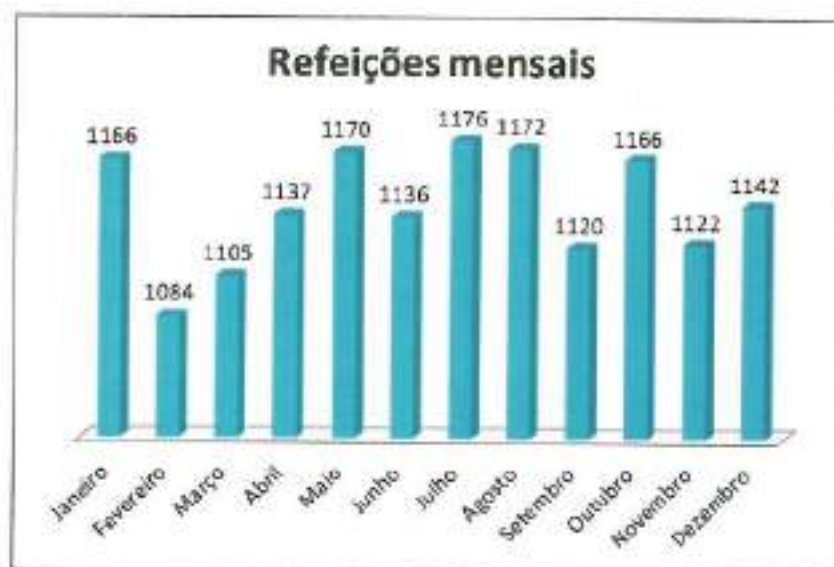
Euros

Valências	Resultado líquido	Gastos de depreciação e amortização	Resultado líquido sem gastos de depreciação
Creche	-22.599,21	5.312,12	-17.247,09
Jardim de infância	-1.800,17	5.480,80	3.600,63
Lar	-13.375,62	18.606,75	5.231,13
Centro de dia	35.073,87	592,20	36.666,07
Apoio ao domicílio	10.302,28	2.670,58	13.172,86
Apoio ao domicílio integrado	-2.252,56	504,85	-1.747,71
Residência sénior	-48.358,07	77.029,21	28.671,14
Total	-41.849,48	110.196,51	68.347,03

Para além das valências identificadas, no ano de 2016 a Instituição continuou a desenvolver a actividade constante no protocolo celebrado com o Instituto da Segurança Social, no âmbito da convenção da rede solidária de cantinas sociais.

Os rendimentos e gastos referentes à Cantina Social foram imputados à valência de centro de dia.

Durante o ano a Instituição forneceu ao abrigo do protocolo **13.696** refeições, repartidas pelos seguintes meses:





Relatório & Contas 2016

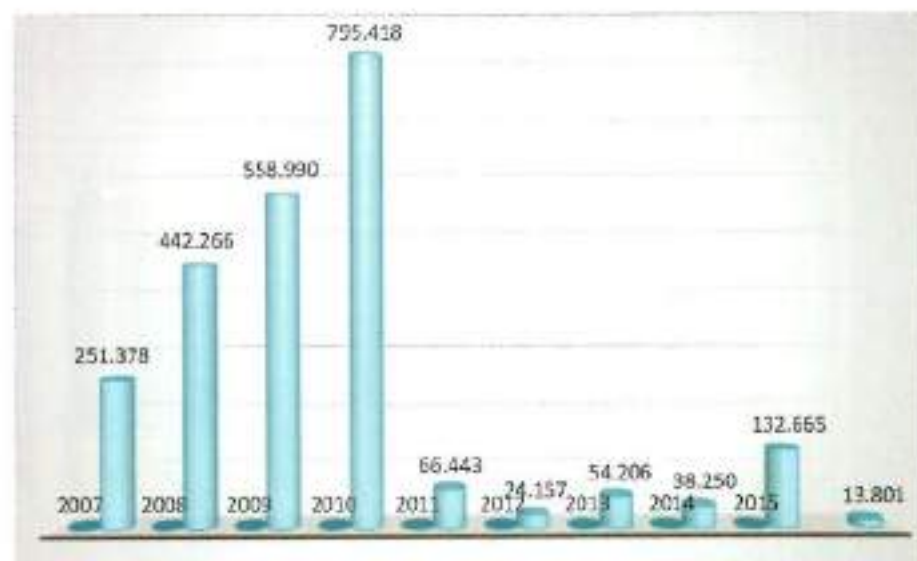
Demonstração de resultados por valências

Euros

RECEITAS E GASTOS		PERÍODO								2015
		2016								
		Orçate	Acção de iniciativa	Donações em dinheiro	Luz	Aluguer de imóveis	Imposto de sobrevalorização (art. 10.º)	Resultados anteriores	Total	
Vendas e serviços prestados	+	25.138,30	24.006,56	24.774,20	240.406,62	61.487,10	11.104,78	323.062,80	717.466,96	721.617,27
Custo dos vendas e dos serviços prestados	-	-6.454,64	-17.000,31	-20.705,10	-46.402,40	-11.309,71	-2.000,54	-46.009,60	-162.829,66	-167.772,20
Resultado bruto		18.683,66	7.006,25	4.069,10	193.978,20	50.177,39	9.104,24	277.053,20	554.637,30	553.845,07
Subsídios, doações e legados à exploração	+	81.006,34	96.472,96	50.710,82	154.290,10	30.400,44	20.400,07	118.000,73	560.820,36	617.214,90
Outros rendimentos e ganhos		206,48	112,62	580,10	15.006,44	174,75	8,50	17.300,10	33.404,00	29.668,44
Perdas financeiras e serviços financeiros	-	-4.444,30	-10.704,06	-11.400,00	-24.507,40	-4.004,47	-8.398,27	-67.247,00	-135.666,50	-138.400,12
Gastos com pessoal	-	112.310,00	90.070,00	11.314,00	271.470,00	10.664,31	11.897,44	284.764,00	628.590,75	628.590,75
Gastos de electricidade e aquecimento	-	6.712,10	6.400,80	662,30	18.600,70	2.073,35	304,80	77.320,21	110.764,06	99.044,56
Outros gastos	-	404,57	400,41	473,72	1.490,30	544,91	154,08	6.100,16	10.000,07	4.232,42
Resultados do grupo e da filiação controlada e associada	+	12.470,34	1.444,46	30.044,48	11.070,40	10.470,30	2.230,73	28.074,00	100.000,00	1.100,00
Imposto sobre o rendimento e sobre o lucro	-	10,10	14,20	30,40	300,80	30,40	7,17	170,00	607,07	627,07
Gastos de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos		12.460,24	1.430,26	30.014,08	11.070,40	10.500,30	2.230,73	28.074,00	100.000,00	1.100,00
Imposto sobre o rendimento do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		12.460,24	1.430,26	30.014,08	11.070,40	10.500,30	2.230,73	28.074,00	100.000,00	1.100,00

Investimentos

- No exercício de 2016, o investimento directo totalizou **13.801,14** Euros. Este investimento refere-se a aquisição de bens e equipamento.
- No período entre 2007-2016 o investimento directo realizado pela instituição foi de **2.729.725** Euros, repartido como se segue:





Relatório & Contas 2016

Situação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2016 os meios financeiros líquidos disponíveis e o saldo dos financiamentos obtidos pela Instituição eram os seguintes:

Descrição	2016	Δ%	2015
Caixa	2.137,27	67,16%	1.278,54
Depósitos à ordem	23.992,65	211,60%	7.699,93
Depósitos a prazo	50.000,00	-16,67%	60.000,00
Total	76.129,92	10,37%	68.978,47
Empréstimos bancários	2016	Δ%	2015
A curto prazo	72.978,25	0,45%	72.650,21
A médio e longo prazo	349.236,86	-11,79%	622.431,21
Total	622.235,11	-10,48%	695.081,42

Evolução previsível da Instituição

- A Instituição em 31 de dezembro de 2016 tinha ao seu serviço 69 colaboradores, pelo que se considera que a Instituição está dotada de recursos humanos, instalações e equipamentos para fazer face ao seu desejável crescimento, bem como gerar réditos que permitam assegurar os compromissos assumidos.

Proposta de aplicação de resultados

- Para o resultado líquido negativo 41.849,48 euros propõe-se a seguinte aplicação:

Transferir a totalidade do resultado líquido negativo no valor de 41.849,48 euros para Resultados transitados.



Santa Casa da Misericórdia Sousa

Relatório & Contas 2016

Agradecimentos

Aos membros dos Órgãos Sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pelo apoio e disponibilidade que demonstraram em todas as ocasiões em que a sua colaboração foi solicitada;

A todas as Entidades Públicas e Privadas que colaboraram com a Santa Casa;

Aos Colaboradores da Santa Casa que, com o seu empenho e dedicação, contribuíram para os resultados apresentados neste relatório.

Sousa, 20 março de 2017

A Direcção

Francisco Maria Henriques
António José Soares
José Carlos Soares e Sousa
Francisco Soares Soares



Santa Casa da Misericórdia de Sousa

Relatório & Contas 2016

Balço em 31 de dezembro de 2016

CÓDIGO DE CONTAS	DESCRIÇÃO	NOTAS	DATA	
			31/12/2016	31/12/2015
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
401-4019+403-4039+403-403	Ativos não financeiros	5	3.454.127,14	3.550.355,53
402-4029+403-403	Bens do património histórico e cultural			
404-4049	Propriedades do investimento			
44-4454-450	Ativos materiais	6		169,99
47	Investimentos financeiros		4.907,99	4.907,99
23	Fundamentos patrimoniais (quase todos os fundos patrimoniais)			
			3.466.115,12	3.555.510,49
	Ativo corrente			
10+33+34+35+36+36	Previdência	7	2.214,82	2.430,21
271+271-271	Outros	19	1.272,13	1.272,13
225-225+2713-271	Adiantamentos e empréstimos			
24	Estado e outros ativos públicos	10	5.410,20	9.365,55
36	Fundamentos patrimoniais (quase todos os fundos patrimoniais)			
212+235-239+2721+272-272	Outros créditos a receber	10	26.573,44	30.066,10
281	Diferenças		1.728,57	3.548,63
14	Outros ativos financeiros			
11+12+13	Casa e depósitos bancários	4	10.029,52	88.978,47
			113.326,38	115.982,28
	Total do Ativo		3.572.441,50	3.671.292,77
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	FUNDOS PATRIMONIAIS			
51	Fundo	17	1.720.862,74	1.720.862,74
52	Créditos financeiros			
53	Reservas			
58	Reservas transferidas	17	949.331,73	949.331,73
59	Créditos de reavaliação			
59	Diferenças sobre os fundos patrimoniais	17	158.261,70	162.802,83
			2.828.456,17	2.833.000,30
6-6	Resultado líquido do período	17	(11.875,40)	(13.585,40)
	Total dos Fundos patrimoniais		2.706.580,08	2.833.247,70
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
25-259	Provisões			
269	Provisões específicas			
28	Financiamentos obtidos		549.250,81	622.431,21
227+2711+2712+271	Outros créditos a pagar			
			549.250,81	622.431,21
	Passivo corrente			
221+222+223	Previdência		34.067,33	11.411,27
246+271	Adiantamentos do cliente			
24	Estado e outros ativos públicos	18	18.645,16	17.972,80
26	Fundamentos patrimoniais (quase todos os fundos patrimoniais)			
23	Financiamentos obtidos		72.578,25	72.450,21
232-233	Diferenças			
231+232+2711+2712+2712+271	Outros créditos a pagar	19	113.019,72	113.953,50
14	Outros passivos financeiros			
			238.590,56	213.384,28
	Total do Passivo		795.847,41	838.125,47
	Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.572.441,50	3.671.292,77

O Contabilista Certificado

A Direção



Santa Casa da Misericórdia de Sousa

Relatório & Contas 2016

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de dezembro de 2016

CÓDIGO DE CONTAS	RECEITAS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31/12/2016	31/12/2015
4110	Vendas e serviços prestados	8	717.480,26	731.317,27
412	Subsídios, doações e legados, a receber	9	586.658,90	557.234,86
413	Variação nos estoques de produção			
414	Trabalhos para a própria entidade			
415	Costos dos insumos vendidos e outros consumidos	7	(183.875,06)	(157.770,00)
416	Prestamentos e serviços recebidos	11	(203.071,63)	(206.436,13)
417	Capac. com pessoal	12	(678.925,49)	(668.587,38)
417.410	Ajustamento de inventários (perdas/inventários)	13		
417.411	Imparidade de títulos a receber (perdas/inventários)	13		
417.412.100	Perdas com investimentos	13		
417.412.101	Perdas operacionais (custos/produção)	13		
417.412.102	Outras perdas (perdas/inventários)	13		
417.412.103	Aumento/Redução do preço de venda	13		
417.412.104	Outros rendimentos e ganhos	14	33.494,80	29.898,44
417.412.105	Outros gastos e perdas	15	(70.599,93)	(6.232,49)
417.412.106	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.611,27	66.520,46
417.412.107	Ganhos/Perdas de depreciação e de amortização	5-6	(110.196,51)	(98.845,76)
417.412.108	Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		(30.585,24)	(7.125,30)
417.412.109	Juros e rendimentos financeiros obtidos	10	667,33	2.278,00
417.412.110	Juros e gastos financeiros suportados	15	(11.861,87)	(14.719,00)
417.412.111	Resultado antes de impostos		(41.844,46)	(19.585,40)
417.412.112	Imposto sobre rendimento do período	13		
417.412.113	Resultado líquido do período		(41.844,46)	(19.585,40)

O Contabilista Certificado

A Direção

Francisco José Fernandes
António José Gomes
do 1.º



Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2015

O Contabilista **Certificado**

Tramaces de las tribus
Cotton, Ben. Z. and son, 2
Página 110



Relatório & Contas 2016

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2016

[illegible]

O Contabilista Verificado

A Direcção

Francisco de los Angeles



ANEXO

1. Nota Introdutória

Santa Casa da Misericórdia de Souel, têm a sua sede no Largo da Igreja em Souel, é uma Associação, que têm como actividade principal o desenvolvimento de diversas actividades sociais. Actualmente desenvolve actividades sociais nas áreas de creche, jardim-de-infância, lar 3ª idade, apoio ao domicílio e apoio ao domicílio integrado.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código de contas;
- Aviso n.º 6726 - B/2011 - 14 de março - NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. - BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.



Relatório & Contas 2016

3.1.2. - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações, nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflicta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.



Relatório & Contas 2016

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que se permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado



Relatório & Contas 2016

para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas

3.2.2. - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A instituição beneficia de isenção de impostos sobre o rendimento no termo do código do IRC.

3.2.3. - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.



Relatório & Contas 2016

3.2.4. - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes/utentes e outras a receber são registadas pelo respectivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria.

3.2.5. - RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.6. - SUBSÍDIOS



Relatório & Contas 2016

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que se suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.7. - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contractos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

**Relatório & Contas 2016**

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4. Fluxos de caixa

Esta rubrica é constituída pelos seguintes montante:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31/12/2016			31/12/2015		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total
Caixa	Numerária	2.137,27		2.137,27	1.278,54		1.278,54
	-						
	Subtotal	2.137,27		2.137,27	1.278,54		1.278,54
Depósitos bancários	Depósitos a ordem	23.992,65		23.992,65	2.696,83		2.696,83
	Outros depósitos bancários	50.000,00		50.000,00	60.000,00		60.000,00
	-						
	Subtotal	73.992,65		73.992,65	62.696,83		62.696,83
Outros equivalentes de caixa	-						
	Subtotal						
Total		76.129,92		76.129,92	63.975,37		63.975,37

5. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido em activos fixos tangíveis, bem como as depreciações acumuladas e perdas por imparidade, apresenta a seguinte composição:

Quantias escrituradas e movimentos do período em activos fixos tangíveis			Activos fixos tangíveis
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas		5.013.942,58
	Depreciações acumuladas		(1.483.567,05)
	Perdas por imparidade acumuladas		
	Quantias líquidas escrituradas		3.530.375,53
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições	13.801,34
	Diminuições	Alienações	
	Depreciações	Aumentos de depreciações	(110.183,30)
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas		5.027.743,92
	Depreciações acumuladas		(1.573.810,88)
	Perdas por imparidade acumuladas		
	Quantias líquidas escrituradas		3.453.933,04

**Relatório & Contas 2016****6. Activos intangíveis**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido em activos intangíveis, bem como as reintegrações acumuladas e perdas por imparidade, apresenta a seguinte composição:

Quantias escrituradas e movimentos do período em activos intangíveis com vida útil finita		Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em caso	Ajustamentos por conta de activos intangíveis	Totais
Em 31/12/2016 (31/12/2016)	Quantias brutas escrituradas	1.889,80			1.889,80
	Amortizações acumuladas	(1.889,80)			
	Perdas por imparidade acumuladas				
	Quantias líquidas escrituradas	166,90			166,90
Movimentos do período 2016	Amortizações	(166,90)			
	Aumentos de amortizações				
	Quantias brutas escrituradas	1.889,80			1.889,80
	Amortizações acumuladas	(1.889,80)			
Em 31/12/2015	Perdas por imparidade acumuladas				
	Quantias líquidas escrituradas				

7. Inventários

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentado no mapa seguinte:

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			2016			2015		
			Mercadorias	Material prima, subprodutos e de consumo	Totais	Mercadorias	Material prima, subprodutos e de consumo	Totais
Saldo em 1/1/2016	Inventários no começo do período	=		2.430,91	2.430,91		3.300,27	3.300,27
	Compras	+	158.771,93	158.771,93	158.771,93	170.304,41	170.304,41	170.304,41
		= +	158.771,93	158.771,93	158.771,93	170.304,41	170.304,41	170.304,41
	Perdas por quebras	-	(6.012,96)	(6.012,96)	(12.025,92)	(3.370,96)	(3.370,96)	(6.796,88)
	Outros ganhos	+				575,99	575,99	575,99
		= +	(6.012,96)	(6.012,96)	(12.025,92)	(2.794,97)	(2.794,97)	(6.220,89)
	Inventários no fim do período	=		2.214,62	2.214,62		2.430,91	2.430,91
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=		152.975,69	152.975,69		167.770,20	167.770,20
Totais				152.975,69	152.975,69		167.770,20	167.770,20

**Relatório & Contas 2016****8. Rédito**

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentado no mapa seguinte:

Quantia dos réditos reconhecidos no período	2016			2015		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção base percentual dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual base percentual reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção base percentual dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual base percentual reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	717.490,98	99,92%	(1,92%)	731.517,27	99,99%	0,31%
Juros	567,33	0,08%	(75,97%)	2.276,00	0,31%	(46,38%)
Proventos						
Dividendos						
Total	718.057,89	1,00		733.793,27	1,00	0,00

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são apresentados no mapa seguinte:

Quantia dos subsídios reconhecidos na demonstração dos resultados e no balanço			2016				2015			
			Demonstração dos resultados		Balanço		Demonstração dos resultados		Balanço	
			Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades	Receitas de prestação de serviços e outras atividades
Subsídios do Governo	Subsídios do Governo	Projetos		4.693,93					4.716,57	
				4.693,93					4.716,57	
	Subsídios do Governo	Seg. Social	347.638,90				526.446,03			
		Outros	23.589,70				30.790,00			
	Total		369.628,30	4.693,93			557.236,03		4.716,57	

10. Imposto sobre o rendimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi apurado qualquer imposto sobre o rendimento, uma vez que a Instituição está isenta de IRC.

Impostos sobre o rendimento	2016	2015
Gasto (rendimento) por impostos correntes		
Ajustamentos reconhecidos no período da impostos correntes de períodos anteriores		
Gasto (rendimento) de imposto reconhecido distanciado em fundos patrimoniais		
Total		

**Relatório & Contas 2016****11. Fornecimento e serviços externos**

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica fornecimento e serviços externos, são como apresentados no quadro seguinte:

Fornecimento e serviços externos	Exercício	
	2016	2015
Trabalhos especializados	16.987,53	15.931,00
Publicidade e propaganda	81,30	
Vigilância e segurança	7.501,90	4.181,00
Honorários	3.310,00	3.051,00
Conservação e reparação	11.518,78	21.348,00
Serviços bancários	3.069,22	3.261,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.576,05	4.661,00
Material de escritório	1.871,35	2.161,00
Artigos para enferia	466,10	721,00
Material didático	2.023,34	3.261,00
Outros materiais	38.654,17	33.001,00
Electricidade	54.383,90	55.101,00
Combustíveis	38.130,36	38.921,00
Água	9.765,65	10.191,00
Deslocações e estadas		
Outros	760,00	
Comunicação	5.784,92	4.631,00
Seguros	5.103,71	4.501,00
Contratados e contratado	211,00	941,00
Limpeza, higiene e conforto		
Outros serviços	1.812,97	1.551,00
Total	203.071,95	208.431,00

12. Gastos com o pessoal

O número de trabalhadores e os gastos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica gastos com o pessoal são como apresentados nos quadros seguintes:

Recursos humanos	Exercício	
	2016	2015
Número de trabalhadores no final do período	69	65
Número médio de trabalhadores ao longo do período	68	68

**Relatório & Contas 2016**

Gastos com o pessoal	Exercício	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	711.179,68	690.119,73
Encargos sobre remunerações	138.573,63	134.881,44
Seguros de acidentes de trabalho	5.871,93	5.122,14
Outros gastos com o pessoal	14.300,25	19.538,05
Total	870.925,49	849.661,36

13. Outros gastos e perdas

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica, outros gastos e perdas, são como apresentados no quadro seguinte:

Outros gastos e perdas	Exercício	
	2016	2015
Perdas em inventários / quebras de existências	6.012,56	4.077,53
Outros	4.986,49	97,97
Total	10.999,05	4.175,50

14. Outros rendimentos e ganhos

Os rendimentos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica, outros rendimentos e ganhos, são como apresentados no quadro seguinte:

Outros rendimentos e ganhos	Exercício	
	2016	2015
Rendimentos suplementares	6.660,19	6.660,19
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos em inventários		
Imputação de subsídios para investimento		
Doações		
Alienações de ativos tangíveis		16.000,00
Outros rendimentos e ganhos	26.634,31	17.208,25
Total	33.494,50	29.868,44

**Relatório & Contas 2016****15. Gastos e perdas de financiamento**

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica, gastos e perdas de financiamento, são como apresentados no quadro seguinte:

Gastos e perdas de financiamento	Exercício	
	2016	2015
Juros de financiamentos obtidos	11.861,57	14.73
Outros gastos e perdas de financiamento		15
Total	11.861,57	14.87

16. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Os rendimentos reconhecidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica, juros, dividendos e outros rendimentos similares, são como apresentados no quadro seguinte:

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	Exercício	
	2016	2015
Juros obtidos	567,33	1.27
Outros		
Total	567,33	2.27

17. Fundos patrimoniais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de capital poderão ser verificados na demonstração individual dos fundos patrimoniais.

18. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31/12/2016		31/12/2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Pagamento por conta	-	-	-	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
IRCA recuperável	-	-	-	-
Retenções de impostos / rendimento	-	3.455,82	-	2.63
Imposto sobre valor acrescentado	5.410,30	-	9.395,84	-
Contribuições para a segurança social	-	15.089,31	-	15.33
Total	5.410,30	18.545,13	9.395,84	17.97

**Relatório & Contas 2016****19. Activos e passivos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as diversas rubricas de activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos e passivos financeiros mencionados, se existir, menos qualquer soma por impenidade		2016		2015	
		Quantias brutas	Perdas por impairment acumuladas	Quantias brutas	Perdas por impairment acumuladas
Activos financeiros	Clientes e clientes	1.272,13		1.272,13	
	Fundadores / beneficiários / patrocinadores / doadores / associados / membros				
	Outros devedores a receber	28.573,44		30.058,10	
	Total	27.845,57		31.340,23	
Passivos financeiros	Fundadores	34.047,39		11.411,37	
	Fundadores / beneficiários / patrocinadores / doadores / associados / membros				
	Outros devedores a pagar	111.015,76		113.990,59	
	Total	145.063,15		125.401,96	

20. Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes após a data do Balanço

O Contabilista Certificado

A Direcção

Francisco Jaime Gonçalves
 António José Branco
 Louisa